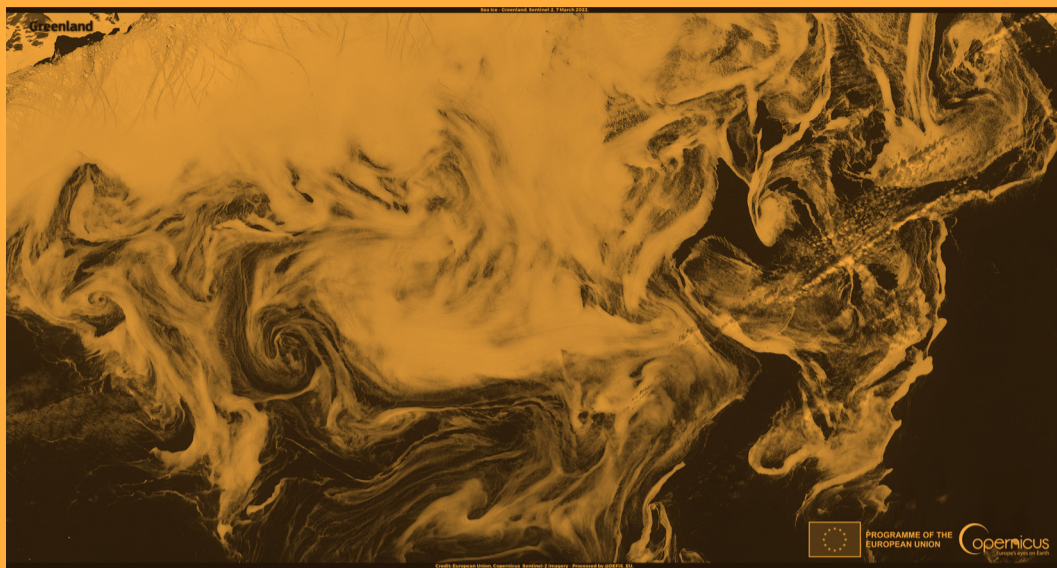


# MULTINATURALISMO

## 2010 – presente

O gelo marinho espalhado entre a Gronelândia e a Islândia. Foto: Copernicus Sentinel-2 (07/03/2022).



Superflex, exposição *Aquaria – Or the Illusion of a Boxed Sea*, maat, 2021. Foto: Bruno Lopes.



Tomás Saraceno, *Aerocene*, 2020-em curso. aerocene.org



O mais recente Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) foi divulgado no início de março de 2022. Pela primeira vez na história deste organismo, “equidade e justiça” mereceram no documento uma referência explícita enquanto aspetos centrais do processo de decisão política para garantir o futuro da Terra – as alterações climáticas diminuem de forma evidente e mais violenta os meios de subsistência de populações vulneráveis, de comunidades já de si desfavorecidas e desamparadas, onde a falta de infraestruturas e apoio tecnológico de qualidade agrava os problemas decorrentes do aquecimento global. Toque de clarim para o planeamento de uma resposta rápida face à rápida deterioração quer da qualidade do ambiente natural quer da saúde física e mental do ser humano, o relatório alerta para a necessidade imperativa de se implementar uma estratégia adaptativa urgente que tire proveito da natureza aprendendo com ela, que a reintegre nos nossos ambientes de vida, e que a restaure preservando a sua biodiversidade.

Muitas sociedades não-ocidentais são detentoras de um vasto conhecimento que sustenta um entendimento do mundo natural radicalmente distante do dogma antropocêntrico do pensamento cartesiano, privilegiando uma conceção da relação entre as sociedades e a biosfera que se aproxima da teoria do “perspetivismo” desenvolvida pelo antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros, segundo a qual diferentes espécies experienciam e veem o mundo de forma diferente. Também conhecido como “multinaturalismo”, este corpo teórico remete para características recorrentes na mitologia e cosmologia ameríndias, revelando uma configuração particular da distinção entre seres humanos e não-humanos que é irreduzível à dicotomia ocidental entre natureza e cultura. No quadro destas ecologias, as relações identitárias entre seres vivos e o seu habitat não são ditadas pelos processos de objetificação da hierarquia evolutiva, mas antes vividas e experienciadas enquanto rede e força transformadora, e nesse âmbito também os seus atores não-humanos são considerados “indivíduos” dotados de consciência e intencionalidade (Philippe Descola, “Ecologia como Análise Cosmológica”, 2005). Historicamente, também a relação dos povos indígenas com a terra tem sido alvo de abusos por parte do capital extrativista neoliberal e sua progénie colonial, em prejuízo de populações despossadas não apenas do seu território, mas também do seu património coletivo – configurando formas de delapidação que perduram até hoje em

comunidades situadas nos arredores de regiões ricas em recursos, tais como as areias betuminosas do Canadá ou as florestas da Indonésia e da Malásia.

O multinaturalismo reúne perspetivas ecológicas, políticas e culturais, concorrendo para metas de longo prazo da política planetária em que a justiça ecológica e a justiça social se consubstanciam – uma conceção que, nos anos mais recentes, tem encontrado eco no discurso cultural intersectorial um pouco por todo o mundo e é reforçada por teorias da descolonização e teorias queer em diversas áreas e práticas académicas, da arquitetura ao urbanismo, e da música ao cinema mainstream. A linguagem e as metodologias da colaboração e concertação criativas e interdisciplinares surgidas nas últimas duas décadas reúnem formas de conhecimento especializado que vão desde os estudos geológicos e marinhos à astrofísica, à modelagem computacional e à ciência de dados, passando pela biomimética e pela engenharia de materiais, expandindo assim de forma exponencial os limites conceptuais e a compreensão cognitiva da vida na Terra, bem como as possibilidades especulativas e de natureza prática de vislumbrarmos um futuro pró-universalista que integre agentes humanos e extra-humanos, tais como a natureza e as máquinas.

Novas deliberações intergovernamentais, como é o caso do Acordo de Paris, assinado por 196 países em 2016, e da aprovação da Lei Europeia do Clima em 2021, são sinais positivos de progresso, mas o futuro climático está nas mãos de quadros de governação planetária que terão de renunciar aos princípios de crescimento e acumulação com que muitos dos poderes mais reticentes ainda contam, em favor de uma utilização e distribuição de recursos mais adaptativa e eficiente, e em conformidade com a capacidade de regeneração da natureza. Boa parte das práticas criativas de investigação hoje ativas ocupam esse território flexível, no qual as simulações especulativas que integram tecnologias avançadas, conhecimento científico e narrativas podem ajudar-nos a avaliar a possibilidade de um futuro pós-capitalista.

As preocupações ambientais e a práxis ecológica constituem, inegavelmente, um dilema fundamental da nossa era, mas também configuram um ponto de convergência a partir do qual a política e a cultura do século XXI poderão mobilizar a ação humana rumo a um balanço ético e moral sem precedentes.

## NATUREZA AUMENTADA E TERRAFORMAÇÃO

Da modificação genética de estruturas moleculares às práticas de geoengenharia – ou seja, o controlo de condições atmosféricas como a radiação solar –, passando pelas automações logísticas que atendem aos cenários operacionais das redes de transportes, oleodutos, mineração de criptomoneda ou rotas marítimas, o controlo humano sobre o ambiente vivo permeia vários domínios, nomeadamente o biológico, químico e geológico.

Desde o final da década de 1990, e mais intensamente a partir da viragem do milénio, o leque de investigações teórico-práticas em torno de ecologias mais que humanas tem aumentado significativamente. Estes estudos informaram, entre outros, epistemologias e ontologias geradas por agentes não-humanos, nomeadamente bactérias, fungos, minerais e microrganismos; ou seja, um conjunto de meandros biológicos que animam visões de um mundo aumentado onde a individualidade – humana, animal ou outra – assenta numa série de interações recíprocas entre os seus componentes microbianos, ideia popularizada na década de 1990 pela bióloga evolucionista Lynn Margulis a partir do conceito de “holobionte”. Esta perspetiva é alimentada por teorias adjacentes de género e *queer*, pelo ecofeminismo e, de um modo geral, por estudos críticos interessados em reconfigurar as narrativas humanas com vista a constructos de planetaridade informados por geotecnologias, geoeconomias e geopolíticas que operam em escalas físicas e temporais mais amplas, desde a manipulação da vida na Terra à terraformação de Marte.

A política contemporânea das reparações ambientais é debatida no território intersticial de processos de regulação e desenvolvimento de sistemas de monitorização e vigilância – satélites, sondas espaciais e a inteligência artificial enquanto parte integrante de uma infraestruturas aumentada de sobrevivência biotecnológica.

Nesse sentido, as perspetivas culturais pós-antropocéntricas têm-se concentrado cada vez mais nos processos de modificação da Terra (ou terraformação), apresentando novas abordagens que vão desde o entendimento da automação como “princípio geral segundo o qual os ecossistemas funcionam” (programa *The Terraforming, 2020–2022*) até à preservação de formas de conhecimento vernaculares e indígenas assentes em tecnologias de subsistência de base natural, passando pela reavaliação da coexistência entre espécies com a identificação de novos nichos em ambientes húmidos, florestas e ecossistemas marinhos onde se observam processos de criação do mundo com intervenção humana e não-humana (ver, por exemplo, as compilações *Arts of Living on a Damaged Planet, 2017*; *Feral Atlas – The More-Than-Human Anthropocene, 2020*; *More-Than-Human, 2020*), integrando, por conseguinte, filosofias especulativas do pós-materialismo e da ontologia orientada para objetos.

Nos últimos anos, a intensificação da mobilização climática a nível cívico e social, bem como a dimensão geracional e geográfica dessas ações (*Extinction Rebellion*, *#FridaysForFuture*, entre outros movimentos), comprovam a necessidade premente de abordarmos questões como a paridade de género nas políticas ambientais, as migrações impostas pelas alterações climáticas e a pobreza como parte de um esforço crucial para garantir um futuro estável e equitativo para as populações mundiais (ver os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015).

## ECOLOGIAS ESPECULATIVAS E PÓS-GLOBALIZAÇÃO

Em junho de 2021, um painel independente reunido pela ONG Stop Ecocide International e liderado por um grupo internacional de ativistas e juristas anunciou um feito revolucionário: a elaboração de uma definição jurídica de “ecocídio” que qualificava os danos de longo prazo contra o meio ambiente como infração penal equiparada aos crimes de guerra, crimes contra a humanidade, crimes de genocídio e crimes de agressão atualmente julgados no Tribunal Penal Internacional.

À medida que manifestações em massa contra a discriminação e o racismo estrutural ganharam um novo impulso em todo o mundo com o surgimento de movimentos como o BlackLivesMatter, as ramificações sociais e económicas do desespero ambiental encontraram eco nas redes intelectuais e cívicas que procuram proteger os direitos dos mais vulneráveis, nomeadamente os grupos LGBTQ+ [*Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer* e outras variantes de género] e PoC [*person of colour*].

Também nos círculos artísticos e culturais se multiplicaram as ferramentas e expressões do ativismo ecocrítico em termos de alcance e metodologias, muitas vezes apoiando-se em processos de colaboração de longo prazo impulsionados por investigações cientificamente rigorosas – são disso exemplo os empreendimentos coletivos focados nos complexos meandros geográficos e geopolíticos da justiça social, da destruição ecológica e das maquinações corporativas e políticas num mundo pós-global. Entre eles contam-se as explorações de materiais e ecossistemas extrativistas do grupo *World of Matter*, a prática parajurídica da *Forensic Architecture*, os programas pedagógicos do estúdio *Decolonizing Architecture Art Research (DAAR)*, na Palestina, ou o coletivo *Karrabing Film Collective*, com atividade no Território Aborigene do Norte da Austrália. As agendas culturais institucionais também têm prestado

uma especial atenção à ampliação das geografias e à diversificação disciplinar das estratégias de reparação ecológica (a XXII Triennale di Milano, *Broken Nature – Design Takes on Human Survival, 2019*; a 1.ª Trienal de Arquitetura de Sharjah. *Rights of Future Generations, 2019*; a Cooper Hewitt Design Triennial, *Nature, 2019*; a 13.ª Bienal de Xangai. *Bodies of Water, 2021*).

Esta mudança de direção conjetural revela um traço distintivo da ação criativa contemporânea: o emprego de narrativas, tecnologias e, de uma forma geral, ferramentas de construção do mundo tão diversas quanto os jogos de vídeo e o design de interação, ou a agricultura e a jardinagem colaborativas, para a conceção de cenários de proteção e de mitigação das alterações climáticas antropogénicas que possam ser implementáveis no âmbito de planos de transformação físicos e temporais alargados.

Se a realidade material da política pós-global parece desenhar um mundo em que o divisionismo se agudiza e é arbitrado por regras mais rígidas de permissão ou restrição do acesso a recursos e informação, é no movimento do atual paradigma ecológico, movido pelo princípio da justiça, que poderemos descobrir novos caminhos de emancipação e ocupação planetária.